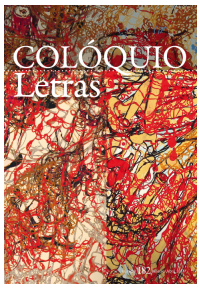

COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: https://coloquio.gulbenkian.pt

[Recensão crítica a 'Os Lusíadas para Gente Nova', de Vasco Graça Moura]

Cândido Oliveira Martins

Para citar este documento / To cite this document:

Cândido Oliveira Martins, "[Recensão crítica a 'Os Lusíadas para Gente Nova', de Vasco Graça Moura]", *Colóquio/Letras*, n.º 182, Jan. 2013, p. 244-247.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

DIDÁTICA

Vasco Graça Moura
OS LUSÍADAS PARA GENTE NOVA
Lisboa, Gradiva / 2012

Consabidamente, no campo dos estudos literários — investigação e ensino — um dos domínios cruciais é o da didática da literatura, em fecunda articulação com a História da Literatura e a Teoria da Literatura, entre outros saberes institucionalizados. Por aqui passa grande parte do maior ou menor sucesso do trabalho de formação dos leitores ao nível escolar, no momento determinante em que tomam contacto com o património cultural, cívico e estético do cânone escolar. Estas questões revestem-se de particular acuidade também ao nível de um ponderado processo de formação de professores. De modo indiscutível, uma fundamentada e dinâmica conceção da didática da literatura pode contribuir de forma decisiva para a criação de leitores bem formados e motivados para uma vida inteira.

O caso particular do ensino da obra de Luís de Camões, lírica e épica, constitui um dos maiores desafios. O ensino da epopeia camoniana mostra-se ainda mais problemático, porque desde logo espartilhado por diferentes níveis escolares e respetivos programas curriculares, dificultado por algumas desorientadoras, infundamentadas e erradas opções e metodologias pedagógico-didáticas mais recentes (cf. Vítor Aguiar e Silva, «O 'Naufrágio' de *Os Lusíadas* no Ensino Secundário», *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Almedina, 2010, p. 249-54; e J. A. Cardoso Bernardes, *Como Abordar a Literatura Portuguesa no Ensino Secundário: Outros Caminhos*, Areal, 2005).

São conhecidos os persistentes esforços de tornar acessível a leitura de *Os Lusíadas*, como as edições amplamente anotadas e pedagogicamente orientadas de Hernâni Cidade, Emanuel Paulo Ramos ou de António José Saraiva; e também as versões ou adaptações, em verso ou em prosa, do texto da epopeia — de João de Barros (1930) ou António Sérgio (1940) até aos trabalhos recentes de Amélia Pinto Pais (1995) ou de José Jorge Letria (2009), a título de exemplo, conhecendo algumas destas obras várias edições; sem esquecer as introduções críticas diversas, apostadas em proporcionar sínteses didáticas, como as de Silvério Benedito (1997), Amélia Pinto Pais (2001) ou de Maria Vitalina Leal de Matos (2004), entre muitas outras.

Ora, é neste contexto que se deve apreciar a recente obra de Graça Moura, um pequeno livro onde se apropria *Os Lusíadas* com o desiderato fundamental de motivar os leitores mais jovens, mas sem esquecer os professores e demais interessados no épico português. Dito desta maneira, o desafio parece simples e isento de originalidade. Porém, uma leitura mais atenta elucida-nos melhor sobre a natureza e os propósitos do ousado empreendimento; bem como a sua merecida recomendação pelo Programa Nacional de Leitura (PNL).

De facto, a obra de Graça Moura mostra-se uma criação arrojada e inovadora a vários níveis. Desde logo, é um diálogo eminentemente intertextual com o texto camoniano, na medida em que opera um notável trabalho de adaptação e de reescrita da epopeia, selecionando os episódios principais em cada um dos dez cantos, por um lado; por outro, acrescenta um variado metatexto poético-crítico, com a ampla função de resumir, comentar e elucidar o texto camoniano. E com uma convicção inamovível — autores clássicos como Camões precisam de ser lidos hoje, pelo seu incontroverso valor linguístico, literário, cultural e cívico: «Um clássico

só dá boas lições: / É um modelo antigo que ensinou / Gerações, gerações, gerações /E que a nossa cultura assim marcou» (p. 16).

Tudo isto é feito em diálogo poético, sob a forma de verso decassilábico e oitava rima, aparecendo em itálico o texto selecionado de Camões, enquanto o texto de Graça Moura surge em caracteres redondos. Esta reescrita híbrida, de constante entrelaçamento entre as duas vozes, pode ocorrer dentro da mesma estrofe ou até do mesmo verso. Um trabalho assim pressupõe uma íntima familiaridade com Camões, numa conjugação da inspiração criativa do poeta — que agora celebra 50 anos de vida literária — com o aprofundado conhecimento crítico do *scholar* camoniano. Essa elogiosa apreciação do caminho encontrado também se lê na informação peritextual da contracapa, em juízo de Aguiar e Silva: «A solução competitiva escolhida é excelente: a voz de Camões foi extensa e fielmente preservada; a voz do segundo (ou do primeiro?) narrador-comentador ilumina, esclarece e exalta o canto originário. Só um grande poeta é capaz de dialogar assim com Camões, alcançando um admirável equilíbrio entre a reescrita modernizadora e a fidelidade à estrutura e aos significados da epopeia.»

Com efeito, o resultado é um texto harmonioso que reescreve de modo iluminador, moderno e atrativo o texto de *Os Lusíadas* para leitores de hoje, num equilíbrio notável entre a fidelidade ao texto original e as propostas orientadoras desta releitura, em que o poeta Graça Moura aparece como guia motivador e seguro. Naturalmente, este primeiro contacto com a epopeia camoniana não substitui a leitura do texto original de *Os Lusíadas*, seja ela integral ou parcial.

No breve texto introdutório, Graça Moura alude certeiramente a algumas circunstâncias desafiadoras para o atual ensino de *Os Lusíadas*: dos deficientes programas escolares, com a «confrangedora desvalorização dos clássicos», até à «impreparação de muitos professores, que já foram vítimas de um ensino e de uma formação deficientes» (p. 7). Ao mesmo tempo, o autor mostra-se consciente das dificuldades que o texto das 1102 estâncias de *Os Lusíadas* apresenta para os leitores mais novos de hoje (aliás, a obra é dedicada aos seus netos) — dificuldades linguístico-estilísticas, estético-literárias, históricas, mitológicas, etc.

Para obviar a tais dificuldades, nasceu este «guia de leitura», especialmente direcionado para os leitores mais jovens, «reduzindo-lhes a extensão em cerca de dois terços, estruturando os episódios mais conhecidos em termos bastante simplificados, enfim, procurando explicar, comentar, interpretar de modo muito acessível as passagens principais da epopeia, *mas fazendo-o também em oitava rima de matriz camoniana*, de modo a que os leitores mais novos, digamos entre os 12 e os 15 anos, possam 'entrar' mais fácil e amenamente na matéria do poema» (p. 8). Por outras palavras, esta é uma proposta didática para contrariar o «desinteresse» ou mesmo a «rejeição».

Por sua vez, na introdução em verso ao poema épico, intitulada «Sabemos muito pouco de Camões», em 18 oitavas (p. 11-8) — que inicialmente esteve para se chamar Canto Zero —, o poeta sintetiza o conhecimento sobre a vida do poeta e a sua cultura literária, e, especialmente, sobre as características da epopeia, segundo as conceções do poeta quinhentista. Segue-se a entusiasmante reescrita de *Os Lusíadas* dentro dos princípios compositivos mencionados, ao longo dos seus dez cantos.

Do que fica dito, depreende-se que o intenso trabalho metatextual de Vasco Graça Moura, ao conjugar a voz de Ca-

mões com a de um narrador-comentador, nunca retirando protagonismo ao texto matriz da epopeia, não é merecedor das conhecidas censuras de George Steiner (em *Presenças Reais*), quando este critica asperamente a floresta dos textos secundários ou profusão eclipsadora dos metatextos críticos. O espírito que anima esta criação é justamente o oposto ao dos textos parasitários e obscuros que podem merecer a crítica do ensaísta inglês. Com efeito, esta obra apresenta-se como uma entusiasmadíssima defesa da obra de Camões e do carácter imprescindível da sua leitura, nomeadamente como ímpar monumento estético da língua portuguesa e marco cívico-cultural.

Aliás, este panegírico guia de leitura de *Os Lusíadas* não deixa de comportar repetidas vezes uma funcionalidade simultaneamente interpretativa e metacrítica, sempre que a segunda voz narrativa julga pertinente fazer uma brevíssima referência à tradição hermenêutica de determinado episódio camoniano. Tome-se o exemplo da estrofe final do Canto IV, a encerrar o relato sobre o célebre velho do Restelo, em que o registo assume mesmo uma natureza parentética: «O velho do Restelo não se cala / Apela à sensatez e à prudência: / É um homem que sabe do que fala / E faz ouvir a voz da experiência, / Já muita gente veio a interpretá-la / Como a defesa de uma desistência, / Mas ele só previu nos seus lamentos / O preço humano dos Descobrimentos» (p. 70). Similar procedimento ocorre na introdução do episódio da fantasiada Ilha dos Amores: «(Hoje discutem os especialistas / Onde ficava a ilha namorada.)» (p. 128).

Casos há em que a voz do narrador-comentador aproveita o ensejo para expender as suas apreciações judicativas sobre as mais diversas passagens do texto camoniano. Por exemplo, depois de introduzido o célebre episódio do Adamastor, com a expressão dramático-passional adotada por Camões, observa rendido: «Há nestes versos uma dor extrema: / São talvez os mais belos do poema» (p. 82). E logo de seguida, perante o desaparecimento da visão do tremendo gigante num «sonoro bramido», observa: «É um grande poeta a transformar / Uma forma gigante em sons do mar.» Os elogios não conhecem reservas, antes convidando o leitor a ler contextualmente os compreensíveis «erros» do poeta, como a conceção ptolomaica do universo na descrição da máquina do mundo: «(E não tem mal nenhum, mas Camões erra, / Ao pensar que no centro fica a Terra.)» (p. 143).

E encerra o relato comentando o tom de lamento final de Camões, a encerrar o Canto X, antes dos derradeiros versos: «E o poeta termina deste jeito / Naquela extraordinária tirada: / *para servir-vos braço às armas feito*, / *Para cantar-vos, mente às Musas dada;* / E diz-lhe que o seu canto é tão perfeito / Que a voz de Homero fica ultrapassada, / Com legítimo orgulho a pressupor / Que sabe muito bem do seu valor.» (p. 149). Assim se conclui a obra de Graça Moura, que, em entrevista ao *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias* (2-V-2012), a apresenta norteada por um propósito motivador e explicativo, evitando a tradicional opção das notas de rodapé: «de uma maneira muito clara, sem perder o rigor, atrevi-me ao sacrilégio de amputar dois terços da obra, mantendo o fio condutor e uma série de pistas que permitam a um leitor mais novo interessar-se pelo fundamental».

Pelas considerações apresentadas, esta «homenagem útil» de Graça Moura a Camões parece-nos extremamente louvável, como proposta de mediar ou motivar o acesso a um texto «difícil», mas absolutamente central no cânone literário. Além disso, como salientado por J. A. Cardoso Bernardes (*JL*, 2-V-2012), a reescrita de *Os*

Lusíadas de Graça Moura é, pelo aduzido, uma sentida «profissão de fé em Camões e na Literatura escrita em Português», visando decididamente «contribuir para que a Língua que Camões nobilitou possa ser objeto de um processo de requalificação cívico e institucional». Em face do afirmado, o livro de Graça Moura insere-se de pleno direito na apreciável obra literária do poeta e igualmente na sua reconhecida atuação cívica e cultural.

José Cândido de Oliveira Martins

FICÇÃO

Fernando Pessoa
HISTÓRIAS DE UM RACIOCINADOR E O ENSAIO «HISTÓRIA POLICIAL»
Edição e tradução de Ana Maria Freitas
Lisboa, Assírio & Alvim / 2012

Depois da publicação, em 2008, de treze «novelas policiárias» da série *Quaresma, Decifrador*, Ana Maria Freitas dá-nos agora a conhecer as histórias policiais pertencentes a uma série anterior, *Tales of a Reasoner* ou, na versão portuguesa, *Histórias de Um Raciocinador.* Constituem estas, escritas em inglês, em 1906-1907, e muito provavelmente planeadas ainda em Durban, as primeiras tentativas de Fernando Pessoa para desenvolver um género que muito apreciava e ao qual se manteve fiel durante toda a vida.

Pessoa atribui a Horace James Faber, personalidade literária concebida para o efeito, a autoria destas histórias policiais da juventude, que, apesar do seu estado de inacabamento, revelam, sem dúvida, como sublinha a responsável pela edição, para além de uma marcada influência de Edgar Allan Poe e Conan Doyle, «uma surpreendente maturidade para um autor tão jovem, visível na construção das personagens, dos enredos e dos argumentos» (p. 5). Elas ilustram, de resto, o conceito pessoano do policial, defendido num ensaio intitulado «Detective Story» ou «História Policial», incluído também no presente volume.

Este é um ensaio incompleto, composto por 49 fragmentos, dos quais 37 são inéditos, escrito ao longo de vários anos. O fragmento mais antigo está datado de 6 de abril de 1905, com a assinatura de Charles Robert Anon — personalidade literária criada antes do regresso definitivo de Fernando Pessoa a Portugal e contemporânea do citado Horace James Faber — mas outros fragmentos fazem referência a obras de autores de policiais ingleses dos anos 1925-1928. Nele, sobressai a ideia de que «o detective deve ser a figura central» (p. 215), o que condiz com os títulos das séries, *Tales of a Reasoner* [*Histórias de Um Raciocinador*] e *Quaresma, Decifrador*. No que diz respeito às narrativas agora publicadas, é, efetivamente, a figura do *reasoner*, do detetive portanto, aquela que ganha o papel de maior relevo. Trata-se, neste caso, do falecido ex-sargento inglês William Byng, «alcoólico por temperamento», que, em dois fragmentos inéditos, é definido como alguém que «tinha um intelecto de uma perspicácia extraordinária mas, ao mesmo tempo, letárgico e sonhador, com todas as características da inactividade», paradoxalmente «possuído por um perpétuo desassossego» (p. 15).

Diz Pessoa no seu ensaio que «o raciocínio do detective é o enredo da história policial; e não, como é convicção de muitos, o crime que leva ao trabalho detectivesco» (p. 224). É o que acontece, de facto, nas quatro narrativas que integram o volume: sendo embora histórias de mistério, o seu «principal desígnio não se localiza no mistério em si, mas na sua investigação» (p. 217).